

Sonho do isolamento acabou

RAUL RAMOS
Da Editoria de Cidade

Um dos motivos que fortaleceu a idéia da transferência da capital da República para o Planalto Central foi a de que, na nova cidade, o poder constituído ficaria livre de manifestações populares de qualquer ordem. Vinte e sete anos depois da inauguração, no entanto, Brasília caminha rapidamente na direção de acabar com esse sonho de isolar e defender o Estado das pressões populares.

A cidade viveu um período relativamente calmo, durante o regime militar. Mas, com o advento da chamada Nova República, a organização dos servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada se deu com uma rapidez impressionante. Mobilizados por sindicatos ou associações, eles deflagraram uma sucessão de greves, depois de fracassadas as negociações salariais. Durante o último vendaval grevista, que paralisou setores essenciais, o Governo pensou em decretar estado de calamidade pública — possibilidade já descartada.

INEDITISMO

A sugestão foi levada ao Palácio do Buriti pelo consultor jurídico do GDF, Geraldo Guedes, que afirmou desconhecer na história do País qualquer medida desse gênero em função de movimentos grevistas. "O Carlos Lacerda (ex-governador do então Estado da Guanabara) decretou uma vez, mas foi por causa de suas desavenças com o Jango (ex-presidente João Goulart)", observou o consultor.

Guedes fundamentou a decretação do estado de calamidade pública, ar-

gumentando que as greves "são frontalmente contra a lei, porque resultam na supressão dos serviços essenciais". Para ele, o GDF deveria decretar o estado de calamidade pública, que independe de aval da Presidência da República, e dá margem legal para demissão de grevistas e efetivação de novas contratações.

O deputado Florestan Fernandes (PT-SP), sociólogo e também professor emérito da USP e docente na PUC-SP, analisa a questão de forma contrária: "Aquilo que a ditadura reprimiu ao longo dos anos, explodiu num átimo de tempo. E a repressão apenas aguça as tensões". Para ele, as greves são fruto dos níveis baixos de remuneração, dentro de um quadro de inflação acelerada, aliado à "impotência do governo local para resolver os problemas que ele mesmo gera".

A seu ver, o GDF vem adotando uma atitude negligente com relação à situação trabalhista, quando ela eclode, "como se não tivesse importância na vida coletiva da cidade". Além disso, acrescenta, combina intolerância com repressão: "Isso tem o efeito de uma bola de neve, que, por fim, chega a um quadro de conflito, que poderia ser evitado através de uma administração responsável".

Para o deputado, a solução não está na repressão. A decretação do estado de calamidade pública não resolve "coisa nenhuma. Só vai pôr em evidência a impotência do Governo para resolver problemas que ele mesmo gera". E emenda: "O GDF deveria exigir do poder central recursos suficientes para o funcionamento da máquina administrativa e, ele próprio ter uma presença ativa dentro dos movimentos grevistas".

CORREIO BRAZILIENSE

29 NOV 1987